

SUMÁRIO

Agradecimentos	VII
Prefácio	XIII

CAPÍTULO 1

Introdução.....	1
------------------------	----------

CAPÍTULO 2

Os argumentos Consequencialistas.....	11
1. Que são argumentos consequencialistas?	11
2. Quais consequências considerar?	21

CAPÍTULO 3

Teoria Pura do Direito Tributário.....	35
1. O Direito Tributário invertebrado: o contexto dogmático do florescimento da concepção pura de direito tributário	37
2. A proposta de Becker: reeducação da atitude mental jurídica tributária	74
2.1. Primeiro passo da reeducação: compreender a embriogenia do Estado.....	78
2.2. Segundo passo da reeducação: aplicar a dualidade Estado-Realidade Natural e Estado-Ficção Jurídica na interpretação e construção do direito tributário .	84
	IX

3. Os problemas da concepção.....	86
3.1. Críticas no âmbito da teoria do Estado de Becker..	88
3.1.1. O Estado não é mero antecedente lógico do direito: a linguagem como fonte das realidades institucionais	88
3.1.2. O modelo de Estado influi na concepção de direito tributário	93
3.2. Críticas no âmbito da teoria do Direito de Becker..	95
3.2.1. A interpretação para além da subsunção mecânica.....	95
3.2.2. A necessidade de uma teoria da argumentação ao lado da teoria das fontes.....	102
3.2.3. Argumentos consequencialistas nos julgados do Supremo Tribunal Federal: alguns exemplos	111
4. Os argumentos consequencialistas e o porquê de uma outra concepção de direito tributário.....	119

CAPÍTULO 4

Uma outra Concepção de Direito Tributário e os Limites Materiais dos Argumentos Consequencialistas	125
1. Delineamentos da concepção proposta.....	129
2. Primeiro elemento da concepção: o direito tributário como possibilitador material do Estado.....	139
2.1. As justificativas históricas	139
2.2. A dinâmica da obtenção de receitas: as espécies tributárias.....	182
2.3. Algumas conclusões preliminares	185
3. Segundo elemento da concepção: o direito tributário como meio assecuratório do Estado Democrático de Direito	186
3.1. Detalhamento do teste da hipótese: princípios, imunidades e o papel dessas normas na formação da concepção de direito tributário proposta	192

ARGUMENTANDO PELAS CONSEQUENCIAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

3.2. Realização do aspecto formal do Estado Democrático de Direito: legalidade, isonomia, anterioridade, irretroatividade e capacidade contributiva	198
a) Legalidade	198
b) Isonomia	202
c) Anterioridade e Irretroatividade.....	205
d) Capacidade contributiva em seu aspecto objetivo..	209
3.3. Realização de elementos do Estado Democrático de Direito pela tributação: princípios e bases impositivas como concretizadores da justiça distributiva.....	213
3.3.1. Princípios que revelam o caráter distributivo da tributação: capacidade contributiva, não-confisco e uniformidade geográfica.....	218
a) Capacidade contributiva em seu aspecto subjetivo	218
b) Não-confisco	221
c) Os limites da uniformidade geográfica e outros tratamentos diferenciados	224
3.3.2. As bases impositivas e as técnicas de proporcionalidade, progressividade e seletividade...	225
4. Resultado: uma outra concepção de direito tributário e os argumentos consequentialistas possíveis.....	232

CAPÍTULO 5

Os Argumentos Consequentialistas na prática do Supremo Tribunal Federal.....	235
1. A modulação de efeitos dos julgados do Supremo Tribunal Federal e a argumentação pelas consequências .	237
1.1. Interpretação da não-cumulatividade do IPI e o direito a crédito nas operações isentas e não tributadas	238
1.2. A revogação da isenção da COFINS das sociedades de profissão regulamentada.....	240
1.3. Os prazos de prescrição e decadência previstos nos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/1991	243

TATHIANE DOS SANTOS PISCITELLI

1.4. Balanço das decisões: critérios para o tema da modulação e a subjacência dos argumentos consequencialistas	244
1.5. A necessidade de financiar a Administração Pública como razão de decidir	249
2. Um outro argumento consequencialista possível: a realização da justiça fiscal	255
2.1. A progressividade de alíquotas no IPTU	257
2.2. A progressividade de alíquotas no ITCMD	259
2.3. Progressividade de alíquotas da COSIP	260
2.4. Justiça fiscal como razão de decidir	261
3. Conclusões	268

CAPÍTULO 6

Considerações Finais	271
Referências Bibliográficas	279